

O SENTIDO SOCIAL DA FILOSOFIA

*Reinaldo Matias Fleuri**

Hoje, quando se fala de "filosofia", às vezes transparece a idéia de que ela seja "a ciência pela qual, com a qual e **sem** a qual o mundo vive tal e qual". A filosofia é geralmente considerada uma atividade intelectual inútil, exercida por pensadores ociosos, desligados do mundo, descomprometidos com os problemas dos pobres mortais que precisam trabalhar duro para ganhar a vida.

Não há dúvida de que muitos "filósofos", profissionais ou amadores, tenham dado motivos para se formar este preconceito. Principalmente quando se isolam numa atitude de "donos da verdade", elaborando discursos incompreensíveis sobre questões desligadas das necessidades vividas pela maioria.

Mas a busca de entender o mundo, a vida e a humanidade é uma tendência típica de todo ser humano. Até existe um ditado: "de filósofo e de louco todo mundo tem um pouco". Este jargão é lembrado toda vez que alguém começa a contestar idéias aceitas normalmente. Embora esta frase feita reflita uma certa discriminação em relação aos questionadores, reconhece que todo mundo pensa, indaga e se posiciona com certa originalidade frente aos fatos cotidianos.

Refletir de maneira filosófica significa buscar entender as coisas de maneira radical, global e rigorosa (Cf. SAVIANI, 1980:24)

Ser **radical** quer dizer ir ao fundo das questões, explicitar as raízes dos fatos, procurar entender o que está por detrás das aparências e das crendices.

Construir uma **visão global** da realidade implica em verificar a relação de um fato com outro, analisar as origens e desdobramentos dos problemas, tentar ver cada parte em relação ao todo.

E a reflexão é **rigorosa** quando utiliza termos e conceitos precisos, em argumentações construídas com lógica e racionalidade.

A filosofia não é a única forma de explicar o mundo. As formas míticas de explicar o mundo tendem a fornecer uma visão global e radical como, por exemplo, a mitologia grega e os textos da Bíblia. Eles explicam a realidade de maneira simbólica, aceitável para quem acredita. Mas não satisfaz quem espera argumentações lógicas e racionais. Já as ciências modernas tendem a ser rigorosas e racionais na explicação de aspectos de nossa realidade, mas não conseguem dar uma visão global ou profunda dos problemas por nós enfrentados.

* Professor do Centro de Educação da UFSC.

Quando buscamos entender as coisas de maneira cada vez mais profunda, global e rigorosa, estamos pois fazendo filosofia, isto é, buscando a sabedoria. Com efeito, em grego a palavra filosofia se compõe de dois termos: "filos" (amante, aquele que procura e "sofia" (sabedoria, explicação radical do universo).

Buscar a sabedoria, porém, não é uma atividade isolada, nem descomprometida (Cf. FLEURI, 1987).

É verdade que, para conseguirmos refletir e elaborar explicações lógicas para os problemas enfrentados, é preciso uma certa dedicação pessoal à reflexão e ao debate com os outros. Mas isto não significa que as explicações elaboradas sejam meramente frutos de genialidade individual.

Toda explicação é resultado de articulação de idéias e teorias que vêm sendo construídas e reelaboradas por uma infinidade de pessoas ao longo de toda a história da humanidade. E quando pensamos e discutimos sobre as questões que nos afligem, inserimo-nos nesta busca coletiva de compreensão e construção do mundo.

Por isso mesmo, o filosofar não pode ser uma atividade descomprometida.

O desafio à reflexão filosófica advém dos problemas que emergem no mundo em que vivemos. Problemas são necessidades, situações de impasse e de conflito que precisam ser resolvidas. Quando assumimos pessoalmente tais problemas, sentimo-nos provocados a compreendê-los e a construir procedimentos para superá-los. E isto geralmente nos leva a conversar com outros, analisar a questão, formular explicações e propostas, articular e executar ações, rever essas atividades à luz das propostas anteriores, reformulá-las em confronto com outras teorias.

Assim, a reflexão filosófica ocorre de maneira comprometida porque as atividades em que estamos inseridos nos desafiam a refletir; a reflexão nos permite formular teorias e propostas para orientar nossas ações; ao agir revemos e reformulamos as teorias; estas, por sua vez, servem para reorientar novas ações; e assim por diante.

Em suma a filosofia aparece como esta busca coletiva e comprometida de compreender e buscar resolver os problemas que enfrentamos em nosso mundo.

O FILOSOFAR, NA HISTÓRIA

Ao tentar explicar os problemas enfrentados, referimo-nos a idéias e teorias elaboradas pela sociedade no decurso da história. Na verdade, os

diferentes povos, em cada época, articulam suas concepções e atitudes em "visões de mundo" predominantes. O filosofar se constrói com base nestas "visões de mundo". Assim, para compreendermos o sentido da evolução histórica do pensamento filosófico em nosso contexto, vamos retomar sinteticamente alguns aspectos gerais da filosofia predominante no mundo ocidental.

A filosofia busca entender a realidade humana de maneira global e radical. Neste sentido, ao menos quatro dimensões aparecem como fundamentais: (1) a relação do homem consigo mesmo, (2) com os outros seres humanos, (3) com o mundo e (4) com o transcendente (LIBANIO, 1980:26-28).

Estas dimensões foram sendo entendidas de maneiras diferentes, conforme o contexto histórico-social.

De maneira muito genérica, podemos identificar três grandes momentos diferentes, na evolução da filosofia ocidental.

Um primeiro momento inicia-se na Grécia, por volta do ano 600 antes de Cristo, desdobra-se durante o Império Romano até o ano 400 depois de Cristo e influencia fortemente a mentalidade predominante na Europa Feudal (de 800 a 1400, aproximadamente). Nesse período, a filosofia tenta compreender o ser humano (em suas relações consigo mesmo, com os semelhantes, com a natureza e com o transcendente) a partir de um ponto de vista exterior ao homem, entendendo-o como sendo determinado pela realidade **objetiva**.

Num segundo momento, marcado pelas grandes descobertas territoriais e pelo início de grande desenvolvimento científico e tecnológico ocorridos a partir do século XV para cá (de 1400 em diante), tende-se a explicar a realidade a partir da **subjetividade**, da interioridade humana.

Já num terceiro momento, marcado por revoluções sociais de grande vulto (sec. XIX em diante), passa-se a compreender a realidade com base nas **relações** dos homens entre si e com o mundo.

O MOMENTO DO OBJETO

A filosofia grega antiga é marcada principalmente pelo pensamento de Sócrates (469-399 a.C.), Platão (428-347 a.C.) e Aristóteles (384-322 a.C.), que muito influenciaram a filosofia medieval, cujas referências mais importantes são Agostinho (354-430 d.C.) e Tomás de Aquino (1225-1274).

Sócrates toma como programa de seu filosofar as palavras escritas no templo de Delfos, em Atenas: "Conhece-te a ti mesmo". Para ele, conhecer a

si mesmo, radicalmente, significa buscar a verdade e o Bem absolutos, válidos para todos os homens.

Platão, seu discípulo, acha que esta busca da Verdade se faz mediante um esforço pessoal que culmina na compreensão das idéias que explicam o sentido do mundo. Para Platão, as idéias existem num mundo espiritual acima do mundo material. Aliás, as coisas materiais e particulares se apresentam, para ele, como cópias das idéias, que são universais e abstratas.

Já para Aristóteles, as idéias são reflexos, em nossa mente, do ser de cada coisa. Compreender o ser das coisas, significa captar sua substância (a dimensão essencial que se encontra sob as aparências e aspectos secundários das coisas).

Para esta mentalidade metafísica, assumida também por Agostinho e Tomás de Aquino, o **sujeito** humano se compreende como estando diante de objetos que têm significação própria: a mente apenas representa em idéias o significado que capta das coisas. As idéias são consideradas verdadeiras quando se identificam com a essência das coisas.

Da mesma forma, os atos humanos são considerados livres quando aderem ao bem, aproximando os seres humanos do Bem Absoluto, existente em si, para além do mundo e da humanidade.

Desta forma, tanto na busca da verdade, quanto da liberdade, o homem se vê como obrigado a se sujeitar à realidade objetiva, considerada, em última instância, como imutável e absoluta.

Assim, todo valor, toda verdade, toda norma, todo bem, toda lei vem de fora do ser humano e se transformam em lei para a consciência. O sujeito não é "autônomo", isto é, não se auto-determina a partir de si mesmo: ele é determinado pela realidade exterior. Diante da realidade, cabe ao homem o acolhimento, a aceitação, a submissão.

Neste momento, não se percebe com clareza a criatividade e a liberdade humana. O homem não se vê como autor de seu mundo, nem como ator nas relações que estabelece com seus semelhantes.

No fundo, prevalece a idéia de que a **relação entre as pessoas** é determinada por regras independentes das próprias pessoas. Normas - que de fato são resultados de opções e interesses humanos - são percebidas com realidades anteriores e superiores à atividade humana. A história, por exemplo, era entendida como sendo determinada ou pelo Destino, ou pela Vontade Divina, que legitimam, de certo modo, tudo o que acontece, velando assim o caráter de decisão e de interesse humanos.

Tal compreensão que os homens fazem de si e de suas interrelações,

decorre, em grande parte, do como se relacionam **com a natureza**. Neste primeiro momento, não se dispõe de recursos e instrumentos técnicos, que permitam aos homens certa autonomia diante das leis da natureza. A noite impede-lhes de fazer atividades próprias do dia. O clima, as estações do ano determinam o que se deve ou não fazer. Assim, os fenômenos atmosféricos e o ciclo natural, por serem indomáveis e muitas vezes ameaçadores, geram nos homens uma atitude de impotência e uma consciência de dependência do que vem de fora.

Predomina, neste momento, uma visão fixista da natureza, que aparece como sendo sempre o mesmo e determinado em si. A ciência desenvolve a tarefa de conhecer as estruturas essenciais das coisas, que permanecem imutáveis através das mudanças observáveis.

O mundo, assim, é visto sob duas dimensões: a do transitório e a do permanente. Os fenômenos múltiplos e mutáveis são explicados como reflexos de uma realidade universal, permanente, existente por si mesma, numa dimensão superior e **transcendente**. Imagina-se, pois, que a realidade seja constituída de dois mundos paralelos. O mundo sobrenatural, divino é a fonte de sentido, de bem e de verdade. O mundo humano, transitório, carece de sentido próprio. Sua consistência deriva da realidade transcendente.

Tal transcendente pode ser compreendido, seja dentro de uma visão de fé cristã, como Deus, seja dentro de uma visão religiosa ou mágica, como seres ou espíritos superiores. Em ambos os casos, atribui-se a uma realidade externa, fora da história e da sociedade humana, a origem e o controle da natureza e do mundo dos homens.

Em suma, nesta maneira de ver, predomina a idéia de que a realidade é constituída de essências fixas, determinadas pela dimensão transcendente, que é vista como perfeita, imutável e separada de nosso mundo. Caberia ao homem, em sua consciência e em suas relações com os semelhantes, compreendê-las e adaptar-se a elas.

Este universo mental corresponde a uma sociedade marcada por relações econômicas e políticas estáveis e estratificadas, onde quase não há mobilidade social, como nas sociedades grega e romana antigas ou na Europa feudal.

Esta mentalidade predominou por muitos séculos. Ainda hoje está presente em amplos setores sociais, convivendo com esquemas mentais e culturais diferentes. Hoje, por exemplo, a linguagem religiosa e a jurídica, conserva muitas formulações típicas desta visão estática de mundo, enquanto a mentalidade científica baseia-se numa visão dinâmica de mundo, como veremos na próxima lição.

A “DESCOBERTA” DO SUJEITO

As novas descobertas territoriais e científicas, realizadas pelos europeus a partir de 1500, provocaram uma radical mudança de mentalidade.

Passou-se a perceber que a Terra é mais ampla, que é redonda, que gira em harmonia com outros astros. Os homens começam a tomar consciência de que podem superar limites e dominar as forças da natureza. O desenvolvimento de máquinas e fábricas dão nova dinâmica às cidades. A visão estática e limitada do feudalismo rural é quebrada. A natureza passa a ser desvendada pela ciência e domada pela técnica. Valoriza-se a experimentação e a criatividade humana, a natureza passa a ser vista como objeto de conquista e domínio, as relações sociais se dinamizam, os horizontes se ampliam.

Alguns filósofos, como René Descartes (1596-1650) e Emanuel Kant (1724-1804) exprimem este novo modo de ver o mundo.

Descartes coloca em dúvida todas as afirmações e crenças, mas verifica que uma coisa é certa: “não dá para eu duvidar que penso, pois a própria dúvida já um pensamento. E, para pensar, devo existir”. Com base na certeza da existência do eu, e não mais de Deus, reconstrói toda a visão lógica do mundo. Os filósofos europeus subseqüentes, até Kant, procuraram demonstrar a possibilidade de elaborar conhecimentos verdadeiros com base na estrutura interior do homem.

Neste contexto, o sujeito se percebe como fonte de verdade, de bem, de valor. Os fatos assumem significado, se tornam verdadeiros ou bons, na medida em que são percebidos e transformados pelo sujeito.

Entende-se que as coisas não têm sentido em si: adquirem sentido quando são interpretados e transformados pelo homem. A descoberta da subjetividade indica, pois, que o homem se coloca, ele mesmo, como ponto de partida e medida de compreensão da realidade. O homem faz-se mestre da realidade. Liberta-se dela para dominá-la através sobretudo da ciência, da técnica. Já não é a natureza que se impõe como lei ao homem, é este que cria suas leis para si e se impõe ao mundo.

Com o progresso das ciências e das técnicas, com o desenvolvimento das máquinas, o homem se emancipa diante da natureza. Não se sente mais um ser fadado a viver segundo o ritmo natural das coisas. Passa a encará-la como um meio a ser desvendado pela sua racionalidade e transformado continuamente.

E esta consciência vai se consolidando na medida em que o homem se vê capaz de domar a noite com a luz elétrica, as distâncias com a máquina a

vapor, o motor a explosão, os espaços celestes com seus aparelhos e naves espaciais.

Entrando na era da máquina, o homem sente-se como o maquinista dirigindo a locomotiva do progresso técnico, que domina as forças naturais em vistas de si mesmo. A natureza deixa de ser vista como realidade estática e passa a ser encarada como um processo evolutivo, em que o homem pode interferir com sua atividade produtiva. O homem passa a compreender-se cada vez mais em relação com o trabalho, com a prática transformadora do mundo material e das relações sociais.

As próprias relações entre os homens são vistas como determinadas pela ação e pela vontade das pessoas e não mais pelas leis naturais ou divinas.

Com efeito, percebe-se que, mediante o trabalho, o homem transforma a natureza em produtos que atendam às suas necessidades. Com isso, projeta suas intenções e imprime suas idéias nos objetos que constrói. Tais objetos incorporam dimensões próprias das pessoas (suas idéias e intenções). Os produtos humanos, assim, passam a ser vistos como extensão e **propriedade** dos indivíduos.

Nasce a idéia de propriedade privada, como condição e extensão da liberdade individual. O respeito à livre-iniciativa e à propriedade particular se torna valor central na organização social capitalista, que se consolidou a partir do século 18. Passa a predominar uma visão de mundo que coloca em primeiro plano o indivíduo como sujeito autônomo. Tal concepção se expressa mais claramente na filosofia liberal (John Locke, 1632-1704).

Surge, a partir da revolução francesa em 1789, o Estado democrático, como organização política entre cidadãos livres que estabelecem contratos e leis, para definir a convivência entre seus interesses privados e preservar interesses comuns. Contesta-se o Estado monárquico, que defende privilégios de castas em nome de leis presumivelmente naturais ou divinas.

A concepção metafísica de Deus é duramente questionada. No mundo moderno, onde se preconiza a autonomia do indivíduo e a organização democrática, ou se nega completamente a idéia de um Deus inacessível e dominador do universo, ou se defende a possibilidade de relação pessoal direta com Deus.

De um lado, a reforma protestante, ocorrida de 1500 para cá, defende que o homem pode estabelecer relação pessoal direta com Deus. Segundo tal vertente religiosa, o indivíduo descobre a presença divina no seu próprio íntimo, numa experiência estritamente pessoal. No exercício de sua fé, não precisa de intermediários. Com isso, questiona-se a manutenção de hierarquias eclesásticas ou estatais que exercem dominação sobre o povo, em nome de Deus.

De outro lado, a idéia metafísica de Deus é tida como projeção de frustrados desejos coletivos (Ludwig Feuerbach, 1808-1874). Nesta linha, acredita-se que o homem só consegue assumir-se como ser livre na medida em que rejeita tal idéia de Deus (como para Fredrich Nietzsche (1844-1900) e Jean-Paul Sartre (1905-1984)).

Em suma, nesta visão, caracterizada em grande parte pelo pensamento liberal predominante na modernidade, há uma mudança radical na visão de mundo.

O ser humano assume importância capital como indivíduo autônomo, capaz de dar sentido próprio ao mundo através do conhecimento racional e do trabalho. A natureza passa a ser vista pelos homens como objeto de transformação e dominação. As relações humanas se urbanizam e se dinamizam, valorizando-se a liberdade individual e a igualdade entre todos. Rejeita-se a crença em princípios e entidades metafísicas, que servia para legitimar a submissão a hierarquia e dogmas. A visão teocêntrica cede lugar a uma visão antropocêntrica: o ser humano passa ser o princípio explicativo do universo, não mais o "Ser" absoluto e sagrado.

A CONSTRUÇÃO DO SOCIAL

O acelerado desenvolvimento industrial, acompanhado pela evolução técnica e científica, ocorrido na Europa desde o século passado, provocou grandes movimentos sociais e culturais. Uma das expressões filosóficas mais significativas desse momento encontra-se na obra de Karl Marx (1818-1883).

As indústrias produzem bens e instrumentos que facilitam a vida humana. Mas também estabelecem relações de produção, mediante as quais os proprietários de empresas se enriquecem à custa da exploração de grandes massas de empregados. E a exploração gananciosa e desenfreada dos recursos naturais quebra o equilíbrio ecológico, tornando inóspito o meio ambiente. Os homens começam a perceber os limites de sua autonomia: percebem-se como agentes transformadores da natureza e da sociedade, mas também como produtos da sociedade e condicionados pela natureza.

Percebendo-se como produto e produtor de seu mundo, o homem toma consciência da relação dialética com o mundo, que se revela em três dimensões: externalização, objetivação e internalização.

Através do trabalho, o **sujeito humano se exterioriza**, transformando elementos da natureza segundo suas intenções. A produção humana se configura num universo social, que se **objetiviza**, ganhando existência além das pessoas que o produzem. E começa a exercer, sobre os próprios sujeitos, uma ação condicionante, provocando neles uma **internalização** de tal realidade.

Essa realidade internalizada é de novo externalizada, objetivada e assim por diante. O indivíduo humano se constitui em contínua relação com o mundo.

As **relações entre as pessoas** passam a ser vistas a partir das relações sociais de produção (nível econômico) e as relações de poder (relações políticas). Supera-se a visão intimista do agir humano e das relações interpessoais.

Ganham relevância a Política, a Economia e a Sociologia: a sociedade é vista nos seus aspectos estruturais e não simplesmente como mera relação de consciências. Assim, nas sociedades capitalistas, o mercado, resultado das relações comerciais entre as pessoas, passa a condicionar as relações interpessoais. O mesmo acontece em relação à burocracia, nas sociedades de economia planejada.

A História, por sua vez, já não é considerada como fruto de grandes decisões de soberanos, generais, imperadores, presidentes. A atenção volta-se para os interesses econômicos e políticos de grupos, de nações, que se manifestam através de decisões assumidas pessoalmente por estadistas.

Neste contexto, a ideologia desempenha papel importante. Exprime e, ao mesmo tempo, encobre interesses de classes sociais. De um lado, ao sistematizar os interesses de um grupo, faz que eles possam impor-se na sociedade. Neste sentido, revela-os. Mas, de outro lado, usa jogos de explicação que terminam por disfarçar interesses privados como se fossem interesses comuns, escondendo o fato de que a imposição de interesses de grupos restritos impossibilita a realização de outros grupos com interesses contrários.

A relação do homem com a natureza passa a ser redimensionada.

Na relação de conhecimento, o ímpeto racionalista, que esperava explicar exhaustivamente a realidade, se defronta com a crescente percepção da complexidade da natureza e da sociedade. À medida que as ciências naturais avançam na compreensão do mundo material infinitamente pequeno, descobre-se a relatividade e a indeterminação da física quântica e atômica, a complexidade dos códigos genéticos dos seres vivos. E, na direção do mundo infinitamente grande, descobre-se as distâncias astronômicas do universo, impossível de serem constatadas humanamente. Da mesma forma, as ciências sociais se defrontam com a dificuldade de captar a complexidade e o dinamismo da vida social, em suas dimensões históricas, econômicas, sócio-culturais, assim como, a psicologia vislumbra o incontrolável mundo do inconsciente humano.

Também na relação de transformação da natureza pelo homem, ocorre um efeito bumerangue. A sensação de onipotência, que o desenvolvimento técnico-industrial permitiu ao homem frente à natureza, é colocada em cheque

pelas conseqüências da exploração gananciosa da natureza: desastres ecológicos, poluição, exaurimento das energias e recursos não renováveis, insalubridade dos grandes centros urbanos. E mesmo o progresso tecnológico, que ensejara benesses para a humanidade, passa a ser usado para a construção de armamentos capazes de destruir completamente o planeta terrestre, assim como os descobrimentos da biogenética e da psicologia são utilizados para destruir e oprimir amplos contingentes de pessoas.

Assim, os homens se defrontam com a necessidade de respeitar o ritmo da natureza e princípios éticos de convivência, como condição de preservar sua própria sobrevivência.

A relação com o transcendente é repensada nesta dimensão, em dois movimentos distintos. Um que aprofunda a posição atéia e outro que reinterpreta a vivência religiosa numa perspectiva histórico-social.

O ateísmo se justifica por razões apoiadas na compreensão científica da natureza e da sociedade.

Assim, a física explica o surgimento e a composição do universo por uma série de fenômenos naturais casuais, previsíveis apenas por probabilidade. A teoria da evolução explica o surgimento da vida e da humanidade por uma sucessão de acasos. A própria história e organização social é vista como resultado da ação humana. Não se sente a necessidade de atribuir a origem e causalidade do universo, nem a direção da história da humanidade, à ação criadora e providencial de um Ser Supremo.

Não se acredita mais nas explicações metafísicas que pressupõem uma ordem fixa, eterna e perfeita por detrás e para além do mundo que percebemos. Nem nas mitologias, que entendem os eventos e a vida humana como expressão de realidades sobrenaturais.

Aliás, as explicações religiosas são vistas como projeção de frustrados desejos coletivos (Ludwig Feuerbach) ou inconscientes (Sigmund Freud). Ludwig Feuerbach, por exemplo, explica o surgimento das religiões como um processo de alienação social, mediante o qual, por exemplo, o povo pobre projeta seus desejos frustrados na figura de um deus rico e poderoso, a quem passa a idolatrar.

Por outro lado, em comunidades cristãs, desenvolve-se uma teologia do social que procura compreender Deus dentro do processo de transformação social e da História. Entende-se que o engajamento do homem no processo de transformação da sociedade, numa linha de libertação, possibilita a redescoberta de Deus, que se manifesta como esperança de realização plena das necessidades humanas. Cada vez mais os engajados na práxis libertadora compreendem a Deus como quem vão encontrando a partir dessa práxis.

Deus surge como o sentido radical e final dessa própria práxis, e desvela-se na medida em que a libertação se vai concretizando historicamente.

Em suma, neste momento do social, valoriza-se o caráter relacional do homem na formação de sua personalidade, na sua interação com a natureza e com os semelhantes. Contesta-se a rigidez da visão metafísica e supera-se o individualismo da visão liberal. Já não se vê o homem como determinado exclusivamente pelo mundo objetivo ou pela sua subjetividade, mas percebe-se que os homens se constroem pessoal e socialmente na relação entre si, mediatizados pelo mundo.

BIBLIOGRAFIA

- FLEURI, Reinaldo Matias. Filosofar para quê? In: *Educação e filosofia*. Uberlândia, 1 (2):85-90, jan./jun.1987.
- LIBANIO, João Batista. *Formação da consciência crítica*. Petrópolis, Vozes, 1980. Volume 1.
- SAVIANI, Dermeval. *Do senso comum à consciência filosófica*. São Paulo, Cortez, 1980. 224p.